

## MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 130.722 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
PACTE.(S) : GUILHERME GUSTAVO DE OLIVEIRA  
PACTE.(S) : JHONATAN DOS SANTOS  
IMPTE.(S) : JOSÉ HENRIQUE QUIROS BELLO  
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 335.766 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO:** Trata-se de “*habeas corpus*”, com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão monocrática emanada de eminente Ministro do E. Superior Tribunal de Justiça que, em sede de outra ação de “*habeas corpus*” (HC 335.766/SP), por entender aplicável à espécie daqueles autos o disposto na Súmula 691/STF, extinguiu, liminarmente, o processo lá instaurado.

*Sendo esse o contexto, passo a apreciar a admissibilidade, na espécie, da presente ação de “habeas corpus”. E, ao fazê-lo, devo observar que ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal firmaram orientação no sentido da incognoscibilidade desse remédio constitucional, quando impetrado, como sucede na espécie, contra decisão monocrática proferida por Ministro de Tribunal Superior da União (HC 116.875/AC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – HC 117.346/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – HC 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – HC 118.189/MG, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – HC 119.821/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES – HC 121.684-AgR/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – HC 122.381-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – HC 122.718/SP, Rel. Min. ROSA WEBER – RHC 114.737/RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – RHC 114.961/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, v.g.):*

**“HABEAS CORPUS”. CONSTITUCIONAL. PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA.**

*I – (...) verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos*

*limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, o qual pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior.*

.....  
III – ‘Writ’ não conhecido.”

(HC 118.212/MG, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – grifei)

**Embora respeitosamente dissentindo** dessa diretriz jurisprudencial, **por entender possível** a impetração de “*habeas corpus*” **contra decisão monocrática** de Ministro de Tribunal Superior da União, **devo aplicar, em respeito ao princípio da colegialidade, essa orientação restritiva** que se consolidou em torno da utilização do remédio constitucional em questão, **motivo pelo qual**, em atenção à posição dominante na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **não conheço** da presente ação de “*habeas corpus*”, **restando prejudicado**, em consequência, o **exame** do pedido de medida liminar.

**Arquivem-se** os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator